

Oposição rejeitará medidas

■ Líderes dizem que problema do orçamento não é o déficit da Previdência, e sim os juros

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA — Os líderes dos partidos de oposição na Câmara dos Deputados decidiram rejeitar todas as propostas do Programa de Estabilidade Fiscal divulgado ontem pela área econômica do governo. Numa reunião aberta à imprensa, no gabinete do líder do PDT, Miro Teixeira (RJ), os oposicionistas decidiram que o ajuste fiscal proposto pelo governo é inaceitável.

A principal razão da rejeição das medidas pela oposição foi, segundo os líderes, a ênfase que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deu ao problema do déficit previdenciário no setor público, colocando-o como eixo central do problema fiscal do país.

“Desde a época dos judeus na Alemanha nazista, jamais uma categoria da sociedade foi usada desta maneira como bode expiatório”, disse o líder do PT na Câmara, Marcelo Deda (SE). “O governo fala o todo o tempo no déficit da previdência, mas as contas previdenciárias estão dentro do orçamento primário divulgado pelo governo, que apresenta um superávit de 0,45%. Logo, o problema das contas públicas não está na previdência dos servidores. Portanto, o discurso do governo é uma patifaria”, afirmou a deputada e economista Maria da Conceição Tavares (PT-RJ).

Economista com antigas ligações com o PMDB no início da década de 80, Conceição foi a figura principal da reunião dos oposicionistas, insistindo na tese de que a raiz dos problemas nas contas públicas está nas taxas de juros acima do mercado internacional praticadas desde 1995. “Os juros não subiram recentemente por razões fiscais. Foi exatamente o contrário. O pacote é que está sendo



Dirceu, Miro e Deda criticaram as medidas anunciadas pelo governo

feito para pagar o incremento dos juros”, afirmou. Com base na tese de Maria da Conceição, que não se candidatou à reeleição, o presidente nacional do PT, José Dirceu, deputado eleito por São Paulo, propôs que as assessorias técnicas dos partidos de oposição elaborem uma proposta alternativa à do governo, envolvendo controle de importações e limitações na remessa para o exterior de valores relacionados ao pagamento de juros.

“O governo pretende insistir na tese de juros altos acreditando que a situação internacional vai se reverter e o fluxo de capitais especulativos para o Brasil será retomado”, disse o dirigente petista. A estratégia é marcar posição para desgastar política-

mente o governo. “O pacote está sendo aceito pelo povo como se fosse inevitável. A opinião pública está propensa a aceitá-lo. Temos que desmascarar a seriedade e desmistificar o pacote como única opção”, afirmou o líder do PC do B na Câmara, Haroldo Lima (BA).

De imediato, o líder do PT já está articulando a inclusão na pauta de votações da Câmara do projeto que cria Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), uma antiga proposta feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso quando era senador, para ser examinado junto com o pacote. Deda tentará ainda a inclusão do projeto de lei já aprovado no Senado que limita a capacidade do governo de reeditar medidas provisórias.

Brasília — Carlos Eduardo

AS CRÍTICAS

ANTHONY GAROTINHO (PDT)

governador eleito do Rio de Janeiro

“O ajuste é lamentável em todos os sentidos. Ele vai arrebentar a classe média, os pequenos e médios empresários, o povo e o funcionalismo público para beneficiar somente os banqueiros internacionais. O grosso que ele arrecada, usa para pagar juros aos agiotas internacionais. A prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal vai afetar diretamente os estados e municípios, que vão continuar perdendo recursos. Além disso, o ajuste é péssimo para a classe média, porque aumenta a alíquota do Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras progressivamente. As empresas vão repassar isso para os produtos e quem vai acabar pagando por isso é a população.”

MÁRIO COVAS (PSDB)

governador eleito de São Paulo

“O ajuste fiscal do governo federal está atrasado, pois demorou quatro anos para fazer o que São Paulo fez no primeiro ano de minha administração. Acho que concomitantemente com isso, algumas coisas deveriam ser feitas com o objetivo de procurar reativar a economia. Imagino que se fará alguma coisa. Se escolheu os menores impostos aqueles que menos oneram o povo, é uma questão a examinar. No caso da União, a faixa atinge uma quarta parte do orçamento. Acho que algumas medidas poderiam ser tomadas com maior rapidez. Acho que a reforma administrativa, que ainda é mera afirmação, facilitaria muito. Toda este ajuste talvez fosse menos doloroso, se tivesse sido feito antes. No caso de São Paulo, não me preocupo com gastos. O meu secretário, Yöschial Nakano, é mais mão fechada do que eu.”

OLÍVIO DUTRA (PT)

governador eleito do Rio Grande do Sul

“O pacote fiscal inviabiliza os estados e municípios. O governo federal adotou medidas sem consultar os novos governadores eleitos pelo povo, rompendo com o pacto federativo. O governo federal interferiu diretamente na administração financeira dos estados e municípios, por exemplo, ao elevar e prorrogar os descontos do FEF, que desviam recursos do Fundo de Participação de Estados e Municípios. Vou conversar com os demais governadores, parlamentares, prefeitos e com o próprio governo federal, com o objetivo de encontrar uma alternativa para a recuperação da economia e do desenvolvimento do país e dos estados, procurando valorizar a economia nacional. O pacote fiscal vai aprofundar ainda mais o nível de desemprego e recessão no país. Os verdadeiros responsáveis pela deterioração do setor público e da economia nacional são os juros altos, a Lei Kandir, o FEF, e a política econômica do governo federal.”

JARBAS VASCONCELOS (PMDB)

governador eleito de Pernambuco

“As medidas anunciadas pelo governo federal devem impor mais sacrifícios aos servidores públicos e a sociedade. Porém o ajuste fiscal é necessário para dar prosseguimento a estabilidade conseguida com o Plano Real. A prorrogação e o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras foi o caminho mais adequado para a geração de receitas. O aumento da CPMF vai recair para os que têm conta corrente em banco, ficando de fora os mais carentes. É hora de apertarmos o cinto. Estamos dispostos a contribuir.”

LUIZ ESTEVÃO (PMDB-DF)

senador eleito e coordenador de transição do governo Joaquim Roriz

“O ajuste fiscal não abala a disposição do governador Joaquim Roriz de conceder o aumento para os 105 mil servidores públicos do Distrito Federal. Não se trata de uma liberdade, de uma benesse, mas o cumprimento de uma decisão judicial. O que importa é apresentar a emenda a tempo de conseguir colocá-la no orçamento.”